

INTERNACIONAL



Esta seção trata principalmente dos resultados eleitorais no mês de abril em Israel, na Finlândia e Ucrânia, que apontam para o crescimento da direita, além do desligamento do governo brasileiro da Unasul.

Eleições parlamentares em Israel

O resultado da eleição parlamentar de 9 de abril em Israel levou o presidente do país, Reuven Rivlin, a convidar Benjamin Netanyahu para compor um novo governo e assim assumir o cargo de primeiro-ministro pela quinta vez, pois, dos candidatos que disputaram, representava o que tinha maior viabilidade de compor uma coalizão para governar. Isso o tornaria o mais longo no cargo, superando o tempo de mandato de um dos fundadores do Estado de Israel, Ben Gurion.

Os votos em seu partido, Likud, de direita, lhe renderam 35 cadeiras, o que representou cinco posições a mais do que as obtidas na eleição passada, em 2015. O seu oponente principal direto, Benny Gantz, de uma coalizão chamada “Azul e Branca”, também obteve 35 cadeiras, 24 a mais em relação a 2015. Embora a imprensa o vendesse como um candidato de centro-esquerda, na verdade é um general da reserva que ficou conhecido por comandar vários ataques letais aos palestinos da Faixa de Gaza. Apesar de seu discurso mais moderado do que o de Netanyahu, sua posição era exatamente

te igual quanto a Jerusalém como capital de Israel, rechaçada por resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), e à anexação definitiva das Colinas de Golã que pertencem à Síria.

Os grandes derrotados na eleição foram o Partido Trabalhista, que conquistou seis cadeiras, treze a menos das obtidas em 2015, o Meretz, com quatro, uma a menos, e a coalizão árabe, com dez cadeiras, três a menos. Em resumo, o que havia de progressismo no Parlamento agora tem pouco mais da metade da representação da legislatura anterior.

Netanyahu deverá compor um novo governo com o apoio de até 65 deputados distribuídos entre o Likud, outros partidos de direita e os conservadores de caráter religioso, embora a divergência entre alguns deles seja marcante. Por exemplo, o partido Yisrael Beiteinu, de Avigdor Liberman, defende o serviço militar obrigatório para todos, enquanto os partidos ultra-religiosos defendem a isenção para os judeus ortodoxos. Esse tema foi o que levou à dissolução do atual governo, mas Liberman não alcançou a votação que esperava depois disso. Se esta for a confirmação de suas negociações, Ne-

tanyahu estará mais confortável do que em 2015, quando conseguiu formar o governo com o apoio de 61 parlamentares, exatamente 50% mais um do total de 120 deputados.

Na avaliação do coordenador palestino das negociações de paz, Saeb Erekat, a população israelense votou contra a paz ao aumentar o poder de Netanyahu, que, durante a campanha eleitoral, afirmou que anexará as áreas da Cisjordânia já ocupadas hoje por milhares de colonos israelenses, apesar de se tratar de território palestino.

Eleições parlamentares na Finlândia

Realizadas no dia 14, deram a primeira colocação para o Partido Social Democrata Finlandês, com quarenta cadeiras de um total de duzentas no parlamento. Porém, em segundo lugar chegou o partido “Finlandeses”, com 39 cadeiras. Este é conservador e de extrema direita no que tange à migração e costumes, além de ser eurocético e contra o chamado “globalismo”. Na Europa articula-se com outros partidos de extrema-direita e com o grupo conservador do Parlamento Europeu. Entretanto, é defensor do Estado de Bem-Estar Social finlandês com uma agenda de centro-esquerda.

Surgiu há cerca de vinte anos, a partir de um partido ruralista, e, em 2011, alcançou o terceiro lugar na eleição. Até 2015 chamava-se “Finlandeses Verdadeiros” e agora simplesmente “Finlandeses”, chegando em segundo lugar, o que comprova a afirmação de Noam Chomsky de que o tema que alavanca a votação da extrema direita não é apenas a migração, pois a presença de imigrantes e refugiados na Finlândia é irrelevante numericamente. Porém, a redução na qualidade de vida e mesmo o conservadorismo enrustido das pessoas parecem ser elementos também importantes.

De qualquer maneira, os social democratas terão a primazia de tentar formar o governo, que poderá ser inclusive de minoria, pois, mesmo coligando com os “verdes” e a esquerda ligada ao Grupo Unido de Esquerda (GUE), isso resultaria em 56 cadeiras. Portanto, um governo de maioria implicaria compor também com setores a direita.

Comediante será novo presidente da Ucrânia

A Ucrânia entrou para o grupo de países que elegeram um chefe de Estado que se define como antissistema. Nas eleições do dia 21 de abril, o ator e comediante Volodimir Zelenski venceu o atual presidente, Petro Poroshenko, com a expressiva porcentagem de 73% dos votos e irá governar pelos próximos cinco anos. Sem experiência política alguma, Zelenski fez uma campanha com promessas vagas, na qual o carro-chefe foi pregar o fim da corrupção.

Zelenski anunciou que iria participar do pleito eleitoral apenas em dezembro de 2018. Até então, interpretava na televisão um professor de história que entrava na política e se elegia presidente para combater a corrupção. Nas telas, até o nome do partido era o mesmo do que no mundo real, “Servo do Povo”. Além da propaganda a mais que tinha com sua série, Zelenski priorizou as redes sociais e só participou de um debate eleitoral, no qual chavões e frases de efeito dominaram seu repertório.

Apesar de não ter um projeto concreto, Zelenski não fez uma campanha pautada no discurso de ódio e de confronto, como aconteceu em outros países que elegeram candidatos antissistema, caso dos Estados Unidos, com Donald Trump, e do Brasil, com Jair Bolsonaro. Seu discurso foi em outro sentido, de buscar resgatar aspectos da identidade da Ucrânia, e também deu indícios que irá seguir uma agenda liberal na economia, como privatizar empresas públicas.

Do outro lado da campanha eleitoral, o empresário Poroshenko tentava sua primeira reeleição. Entretanto, o candidato tinha contra si escândalos de corrupção em seu governo, uma guerra civil no leste do país que já matou mais de dez mil pessoas e uma performance pífia da economia. Atualmente, cerca de 13% do PIB do país têm como fonte envios feitos do exterior por ucranianos que saíram do país. Agora haverá novas eleições em 27 de outubro para escolha das 450 cadeiras do legislativo.

Governo brasileiro desligou-se da Unasul

Na segunda-feira, 15, o Itamaraty informou que o Brasil oficializou a sua saída do bloco União das Nações Sul-Americanas (Unasul). O episódio marca o

constante enfraquecimento de um projeto soberano de política externa, bem como uma guinada nas relações entre os países da América do Sul com os Estados Unidos.

A Unasul foi criada em 2008, quando a maioria dos países da nossa região tinham governos progressistas, encabeçados por presidentes como o brasileiro Lula, o venezuelano Hugo Chávez, o boliviano Evo Morales e a argentina Cristina Kirchner. Posteriormente, o que mais se destacou no bloco foi a área da segurança, com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), e as mediações feitas em alguns conflitos entre países vizinhos como Venezuela e Colômbia e Equador e Colômbia.

Tanto a criação da Unasul como de outros blocos regionais, por exemplo, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), foram importantes para reafirmar a soberania dos países membros frente aos Estados Unidos e ao Canadá. Em nenhum destes blocos os americanos do norte tinham representação ou voz ativa, ao contrário do que acontecia na Organização de Estados Americanos (OEA).

Porém, desde o término do período progressista e a ascensão de governos de direita e extrema-direita na América Latina, como os casos de Bolsonaro, Mauricio Macri, na Argentina, e Sebastián Piñera, no Chile, esses blocos citados foram questionados e enfraquecidos. Seis países, entre eles o Brasil, já haviam suspenso a sua participação na Unasul em abril de 2018, após desavenças com os únicos países que ainda resistem e possuem governos progressistas como a Bolívia, Venezuela e Uruguai.

Ao saírem da Unasul, os governos de direita criaram um bloco chamado ProSul, que foi ratificado em reunião no Chile no mês passado. Até agora não se sabe bem como este irá funcionar, apenas que é apoiado pelos Estados Unidos e seu presidente, Donald Trump. Todos signatários, incluindo Bolsonaro, pregam um maior alinhamento dos países à política externa americana e, assim, um projeto de soberania para a região é abandonado, além de ser um absurdo criar projetos com dimensão exclusivamente ideológica. Se não faz sentido ter uma ONU de direita e outra de esquerda, tampouco o faz termos duas organizações regionais.